

Comissão do Esporte debate priorização de projetos esportivos de inclusão social

A ampliação de escala na oferta de projetos com vocação esportiva e de inclusão social foi o tom de audiência pública realizada na tarde de quarta-feira (25/09) na Comissão do Esporte. Estiveram presentes o Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, Washington Cerqueira; o Diretor do Departamento de Desporto Militar do Ministério da Defesa, General Jorge Antonio Smicelato; Secretário de Estado do Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul, João Derly; o Presidente da Associação Brasileira dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer, Humberto Panzetti; e o representante do Conselho Federal de Educação Física, Sérgio Sartori. A iniciativa da audiência foi do Deputado Hugo Leal (PSD/RJ).

Segundo o Secretário Washington Cerqueira, há uma distorção que merece atenção. Mais de 73% das emendas parlamentares voltadas para o esporte atualmente priorizam infraestrutura, e mais de 60% dessas estruturas esportivas estariam em estado de subutilização ou

abandono, porque muitas vezes não há um pensamento de manutenção ou gestão do equipamento. Enquanto isso, apenas 18% das emendas no setor se voltam para programas e eventos de vocação esportiva e social. O Secretário aproveitou a oportunidade para incentivar os parlamentares a aproveitarem as emendas individuais e de bancada para investirem em programas da pasta, em vez de infraestrutura. "Há muitas quadras, ginásios, campos de futebol abandonados. E quando há abandono, pessoas ligadas à drogadição e à bandidagem chegam e dominam. É uma realidade importante. Temos de tomar cuidado. Peço aos deputados que se preocupem com isso", afirmou Washington.

Presidente da Associação Brasileira de Secretários Municipais de Esporte e Lazer, Humberto Panzetti, reforçou a questão da distorção dos investimentos voltados para infraestrutura. "Investir em custeio e em projetos sociais na ponta é muitas vezes mais interessante do que em equipamento. É muito comum construirmos sem antes per-



Deputado Hugo Leal atento às explicações do Secretário Washington Cerqueira.



Presidente Fábio Mitidieri propõe mais divulgação para as prefeituras dos projetos esportivos do Executivo.

guntarmos ao município se ele tem dinheiro para manutenção, para gestão. Para limpar a piscina. Para comprar papel higiênico. Para contratar funcionários. Muitos prefeitos desconhecem que existem outras formas de investir", afirmou. "A criança de um projeto social vai frequentar aquele local durante dois anos. Os pais vão levar e buscar. Há inclusive um ganho político nisso", afirmou.

O Deputado Hugo Leal, autor do requerimento para a realização da audiência pública, reforçou a necessidade de aumentar o investimento em projetos: "A infraestrutura, você inaugura, corta a fita e depois fica tudo esquecido. Quando há investimento no custeio, nos projetos, o parlamentar pode acompanhar sua execução por 24 meses. Precisamos inverter essa lógica do pensamento. É nosso

dever acompanhar e fiscalizar se os recursos estão sendo bem empregados", enfatizou.

O Deputado Fábio Mitidieri (PSD/SE), presidente da Comissão do Esporte, sugeriu que Washington e representantes da Secretaria Especial do Esporte levem esses projetos, conceitos e possibilidades para estados e municípios. "Muitas vezes no gabinete ficamos reféns dos pedidos de prefeitos. Facilitaria muito a secretaria apresentar um programa como esse antes. Mostrar que, em vez de elefantes brancos ou de uma quadra longe sem previsão de manutenção, ele poderia implementar um programa com maior chance de sucesso", disse, reforçando inclusive que pretende avaliar a possibilidade de destinar recursos para adoção de projetos da secretaria em Estações da Cidadania em seu estado.





Esporte como ferramenta de inclusão social sustentável

Assessoria Deputado Alexis Fonteyne

Deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Qual é a importância do esporte na sua vida?

R: Sempre fui atleta. Quando era mais jovem praticava o atletismo e até hoje jogo basquete. Em Campinas, minha cidade natal, ajudei a criar o clube de basquete. Esporte que, infelizmente, durante muito tempo, ficou marginal e não recebeu a devida atenção. Começamos a valorizá-lo na cidade, basicamente com pessoas que fazem doações ao clube por amor ao esporte. Com isso e com a pouca ajuda de algumas empresas conseguimos manter o clube. Acho ações como esta de fundamental importância para todas as cidades, seja do interior ou em grandes metrópoles. São "pequenas" atitudes que podem transformar a vida de muitas pessoas.

O senhor defende o esporte como ferramenta de inclusão social sustentável. Pode, por favor, dar mais detalhes?

R: Tenho a convicção que, ao lado da educação de qualidade e da cultura, o esporte é a principal ferramenta de inclusão social sustentável. E por inclusão social sustentável quero dizer que o indivíduo precisa se desenvolver plenamente e se sustentar, sem precisar do Estado.

No Brasil, precisamos pen-

sar o esporte além do futebol. Temos também o basquete, o vôlei, natação, handebol, atletismo, natação, além de vários outros esportes que podem ajudar a incluir as pessoas na sociedade. Alguns, inclusive, podem ganhar suas vidas por meio do esporte. É preciso lembrar que não são apenas os atletas profissionais que ganham dinheiro, mas os médicos, técnicos, juizes, psicólogos. Há todo um mundo em volta desse ambiente.

Por isso, a minha proposta é que as escolas voltem a investir em diversas modalidades para revelar os talentos e as universidades brasileiras façam o desenvolvimento desses talentos, de modo que o Brasil possa incluir muito mais gente na sociedade por meio do esporte.

Os Estados Unidos, por exemplo, são um exemplo. O país inclui tantas pessoas por meio do esporte. Pessoas que normalmente estariam marginais à sociedade. Os americanos que se dedicam ao esporte ganham bolsa de estudo, participam de "drafts" nos clubes profissionais. Aulas das mais diversas modalidades valem inclusive como créditos nas universidades. E essa valorização começa desde cedo, já na educação infantil. Temos que fazer o mesmo por aqui.



Além de ferramenta de inclusão social, quais os outros benefícios do esporte?

R: O esporte desenvolve uma série de habilidades extremamente importantes para qualquer ser humano, como a meritocracia, a capacidade de desenvolver estratégias, as relações coletivas e o respeito.

O esporte desde a primeira infância também é extremamente importante para as crianças aprenderem a lidar com a frustração. Quem não tem contato com esse sentimento desde cedo cresce um adulto imaturo. A frustração faz parte da formação de qualquer indivíduo.

Eu lamento profundamente que o Brasil ainda não apren-

deu a ver a real importância do esporte em sua totalidade. Tivemos um bom resultado no último Pan, mas isso precisa aumentar e muito.

Temos um legado mal aproveitado das Olimpíadas e da Copa do Mundo. Gastamos milhões para construir instalações que poderiam estar sendo usadas para dar um retorno sustentável, mas infelizmente ainda vemos estruturas abandonadas.

Mais do que valorizar pontualmente o futebol, precisamos de uma política sustentável. O futebol mostra bem como é ganhar dinheiro com o esporte, precisamos multiplicar isso para outras modalidades. Precisamos de muito mais respeito e valorização ao esporte.

Membros da Comissão do Esporte – CESPO

Presidente: Fábio Mitidieri (PSD/SE), **1º Vice-Presidente:** Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS), **2º Vice-Presidente:** Fabio Reis (MDB/SE) e **3º Vice-Presidente:** Afonso Hamm (PP/RS). **Membros:** Bloco PSL/PP/PSD/MDB/PL/REPUBLICANOS/DEM/PSDB/PTB/PSC/PMN Afonso Hamm PP/RS; Bosco Costa PL/SE; Carlos Chiodini MDB/SC; Celina Leão PP/DF; Célio Silveira PSDB/GO; Danrlei de Deus Hinterholz PSD/RS; David Soares DEM/SP; Domingos Neto PSD/CE; Dr. Luiz Ovando PSL/MS; Dr. Zacharias Calil DEM/GO; Evandro Roman PSD/PR; Fábio Mitidieri PSD/SE; Fabio Reis MDB/SE; Fernando Monteiro PP/PE; Flordelis PSD/RJ; Gutemberg Reis MDB/RJ; Hélio Leite DEM/PA; Helio Lopes PSL/RJ; Hugo Leal PSD/RJ; Isnaldo Bulhões Jr. MDB/AL; José Rocha PL/BA; Julio Cesar Ribeiro REPUBLICANOS/DF; Luiz Lima PSL/RJ; Marcelo Aro PP/MG; Nereu Crispim PSL/RS; Professor Alcides PP/GO; Roberto Alves REPUBLICANOS/SP; Vavá Martins REPUBLICANOS/PA. Bloco PDT/PODE/SOLIDARIEDADE/PCdoB/ PATRIOTA/CIDADANIA/PROS/AVANTE/PV/DC André Figueiredo PDT/CE; Alex Manente PPS/SP; Bocá Aberta PROS/PR; Fábio Henrique PDT/SE; Flávia Morais PDT/GO; Renildo Calheiros PCdoB/PE. Bloco PT/PSB/PSOL/REDE Airton Faleiro PT/PA; Aliel Machado PSB/PR; Felipe Carreras PSB/PE; NOVO Alexis Fonteyne NOVO/SP.

Confederações apresentam suas realidades e planos de preparação para os Jogos Olímpicos de 2020

A Comissão do Esporte reuniu mais cinco confederações olímpicas na terça-feira (17), dando continuidade à série de audiências públicas propostas pelo deputado Luiz Lima (PSL-RJ). Dessa vez, estiveram presentes as modalidades canoagem, pentatlo moderno, remo, vela e triathlon. Nas suas exposições, os presidentes e atletas falaram sobre a atual estrutura das confederações, os resultados recentes das principais competições e fizeram uma projeção para o Jogos Olímpicos de 2020 em Tóquio.

A vela é uma das principais modalidades em termos de conquistas olímpicas, com 18 medalhas ao longo da história. Canoagem e pentatlo são modalidades que trouxeram medalhas olímpicas nas últimas edições dos Jogos Olímpicos. Remo e triathlon ainda são modalidades que não conquistaram medalhas olímpicas, mas estão em ascensão e evolução, de acordo com os últimos resultados dos Jogos Pan-Americanos e os mundiais de cada modalidade.

Participaram da audiência pela canoagem Givago Ribeiro, da Comissão de Atletas, e João Tomasi, presidente Confederação Brasileira de Canoagem; pelo pentatlo moderno Mariana Laporte da Comissão de Atletas, e Helio Cardoso, Presidente da Confederação Brasileira de Pentatlo; pelo remo Fernanda Nunes, da Comissão de Atletas e Edson Altino Pereira Junior, Presidente



Reynaldo Lima / Acervo CESPO

Dirigentes e atletas das modalidades canoagem, pentatlo moderno, remo, vela e triathlon marcam presença na Comissão do Esporte.

da Confederação Brasileira de Remo; pelo triathlon Virgílio de Castilho, Diretor da Confederação Brasileira de Triathlon; e pela vela Bruno Prada, da Comissão de Atletas, e Marco Aurélio de Sá Ribeiro, Presidente da Confederação Brasileira de Vela.

O objetivo das reuniões é conhecer também a estrutura e as condições de manutenção das confederações. E o cenário apresentado foi similar nos cinco casos: entidades pequenas e, com exceção da vela, sem patrocínios privados.

DEMANDAS

Pelo menos duas demandas por alterações legislativas foram apresentadas durante esta audiência: redução de impostos para equipamentos importados e adequações da Lei de Incentivo ao Esporte (11.438/06) à realidade do alto rendimento.

O tricampeão mundial e duas vezes medalhista olímpico de vela Bruno Prada defendeu uma revisão da Lei de Incentivo ao Esporte, pois, segundo ele, são aplicadas regras de licitação que não se adaptam à realidade dos atletas de elite.

O deputado Luiz Lima avaliou a proposta para redução dos impostos. “O esporte de alto rendimento necessita do melhor equipamento. Não podemos aceitar que um barco a remo chegue ao Brasil ao custo de R\$ 100 mil, porque o valor dele dobrou com os tributos”, comentou. “Se não há equipamento da mesma qualidade fabricado no País, temos de pensar na isenção do Imposto de Importação, seja via confederação ou instituição militar.”

Entidades esportivas e psicólogos sugerem mudanças em projeto de lei

A Comissão do Esporte realizou na quarta-feira (18) audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 7683/2017, que inclui na Lei Pelé a assistência psicológica continuada ao atleta profissional. A iniciativa foi do deputado Roberto Alves (Republicanos-SP) que é o relator da matéria na Comissão. Participaram do evento o presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado de São Paulo, Rinaldo Martorelli; o vice-presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Marco La Porta; o representante da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte, Rodrigo Acioli; e o triatleta Leandro Macedo.

O PL 7683/2017 é do ex-senador e atual prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella. A proposta, de acordo com o autor, é incluir na ‘Lei Pelé’ um dispositivo o qual exige que atleta profissional receba assistência psicológica continuada, pois ele acredita que o preparo psicológico é tão importante quanto o preparo físico.

Na audiência pública, os participantes não se opuseram ao texto do PL, mas sugeriram ao relator diversas alterações para aumentar o alcance da lei, já que os atletas olímpicos não são atletas profissionais, a exemplo dos jogadores de futebol. Além disso, a lei precisa especificar a frequência desse atendimento psicológico.

“O COB não se opõe à proposta, pois os atletas olímpicos já recebem atendimento psicológico, mesmo sem a exigência da lei. Porém, eu



Reynaldo Lima / Acervo CESPO

acredito que essa questão precisa ser bem detalhada na Lei Pelé. Por isso, sugerimos ao deputado Roberto Alves que o texto do PL sofra modificações para que todos se beneficiem, inclusive os atletas olímpicos”, disse Marco La Porta. Rinaldo Martorelli, que representa os atletas paulistas, afirmou que a entidade apoia o texto do PL, mas com mudanças. “É preciso que a regra seja para todos”, ressaltou. Rodrigo Acioli destacou que a assistência psicológica não é um custo, mas um investimento. O preparo emocional do atleta, disse ele, é fundamental para o bom resultado nas competições.

O deputado Roberto Alves disse que a audiência pública alcançou o resultado esperado e assegurou que fará um texto substitutivo ao Projeto de Lei, dando maiores especificações para evitar incoerências. “As entidades aqui presentes nos deram uma mensagem, a de que a questão psicológica dos atletas profissionais tem que ser tratada com muito mais critério. Eu continuarei ouvindo todos os lados e buscar apoio jurídico para elaborar um texto substitutivo mais abrangente”, garantiu.



Regulamentar jogos e apostas online vai estancar a sangria de bilhões enviados para fora do Brasil

Reynaldo Lima/Acervo CESPO

Deputado Evandro Roman*

A Subcomissão Especial dos Jogos e Apostas Online - coletado instalado recentemente na Comissão do Esporte -, a qual tenho a honra de presidir, tem se mostrado uma ferramenta de interlocução de primeira linha entre a indústria dos jogos online e o parlamento. Diferentemente do que vimos no passado, a Subcomissão prima pela tecnicidade e responsabilidade com que cuida do tema, abrindo o debate à participação de todos os interessados.

Na missão de presidente desse grupo tenho papel especial na construção desse debate. Com a visão de ex-árbitro de futebol, consigo hoje enxergar com clareza os benefícios que a indústria do jogo online pode trazer ao esporte nacional. Esse aprendizado também foi em grande parte por ter presidido a Comissão Mista da MP 846/18, que abriu espaço novamente para a discussão dos jogos e apostas online.

O continente europeu tem um futebol incomparável gra-

ças aos recursos oriundos de parcerias com empresas justamente deste segmento, oportunidade que está se abrindo aos poucos por aqui. Algumas dezenas de empresas já mostraram interesse em patrocinar o esporte brasileiro. Está enganado quem pensa que os patrocínios correriam para os grandes clubes de futebol. Na transmissão de uma partida, ambos os times são expostos igualmente na TV, o que faz com que seja lucrativo investir em times pequenos, já que a exposição num campeonato como o brasileiro é muito parelha, pois todos jogam contra todos.

Acrescente-se a isso o fato de que o brasileiro simpatiza com um pequeno time do interior, o que já não acontece com equipes como o Flamengo, Corinthians ou qualquer outra grande equipe de futebol, que carregam milhões de torcedores, mas também milhões de antitorcedores.

O business "jogo online" é



muito maior do que apenas arrecadação de impostos. Dois pontos chamam atenção. O primeiro é o fato de que regulamentar o jogo online implica em estancar uma sangria multibilionária de recursos para fora do Brasil, já que todos os operadores online estão sediados no exterior. O segundo, nobilíssimo, aliás, é que estamos frente a uma distribuição de renda a clubes de muito menor porte, coisa que a Caixa e o Banco do Brasil (como patrocinadores oficiais)

nunca conseguiram fazer de forma tão eficiente. A NetBet, por exemplo, acaba de fechar acordos com o time feminino do Fortaleza além dos simpáticos Verde Mares e Caucaia, ambos do futebol Cearense.

Se há um caminho dentro do legislativo para impulsionar o jogo, esse caminho é a Subcomissão Especial de Jogos e Apostas Online.

**Evandro Roman é deputado federal do Patriota pelo estado do Paraná, membro da Comissão do Esporte e presidente da Subcomissão Especial dos Jogos e Apostas Online.*

Subcomissão dos Jogos e Apostas Online ouve o segmento

A Subcomissão Especial dos Jogos e Apostas Online participou na última sexta-feira (13) do I Seminário Internacional sobre Regulamentação dos Jogos Online. O deputado Evandro Roman, Presidente da Subcomissão, destacou a importância de se trazerem informações técnicas para discussão no ambiente da Câmara dos deputados. "Um dos temas que mais me preocupa é a questão da ludopatia, do vício por conta dos jogos. Esse é um dos assuntos que precisamos debater", ressaltou o deputado.

Especialistas internacionais de mercados regulamentados, como Reino Unido, Portugal e Malta, deram sua contribuição para como ter

uma legislação e uma fiscalização e regulamentação eficiente nesse mercado de apostas e jogos on-line. Como lembrou o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz, 1º Vice-Presidente da Comissão do Esporte e relator da Subcomissão, "estamos aqui para ouvir as propostas e tentar acabar com a hipocrisia de que os jogos não existem no Brasil." O evento foi realizado no Grand Hyatt Hotel, na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro-RJ e abordou diversos assuntos: panorama geral sobre os jogos no Brasil; o papel da Subcomissão pela legalização dos jogos e apostas online; poker, e-sports e outros jogos de habilidade; métodos de pagamento e medidas de antilavagem de capitais; tributação; loterias online e a importância de um processo de concessão de licença provisória.

Expediente

Presidente: Fábio Mitidieri (PSD/SE); **1º Vice-Presidente:** Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS); **2º Vice-Presidente:** Fabio Reis (MDB/SE) e **3º Vice-Presidente:** Afonso Hamm (PP/RS). **Secretário-Executivo:** Lindberg Aziz Curý Júnior. **Corpo Técnico:** Alessandra Muller Vidal Guerra, Maria do Socorro Dias Aires de Carvalho, Paola Mara Alves Silveira, Regina Olímpia Figueira de Bessa, Reynaldo Barbosa Lima e Victor Souza da Silva. **Diagramação:** Patrícia Weiss.

Endereço da Comissão do Esporte: Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, sala 2, térreo. Telefones (61) 3216-6351/52/53/54

Email: cespo.decom@camara.leg.br

Endereço eletrônico: camara.leg.br/cespo